



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Secretaria de Controle Interno

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE AUDITORIA PAA 2016

PAA-2016 – APROVADO PELA PRESIDÊNCIA EM 30/11/2015.

Processo SCI 0007551-64.2015.5.01.1000



PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA/2016)

Base Legal: Resolução nº 171/ 2013 do CNJ e Ato nº 10/2014 e OS-SCI nºs 8 e 9/2014 do TRT 1ª Região

1 - Auditorias de Conformidade

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	METAS	PERÍODO	SELEÇÃO	ÁREAS AUDITADAS
1.1	Auditar os critérios de avaliação e priorização do Plano de Obras, bem como o atendimento de cada obra às diretrizes, referenciais de área e sistemas de custos estabelecidos pelo CNJ e CSJT	Atender às disposições das Resoluções CNJ nº 114/2010 (art. 5º, § 5º) e CSJT nº 70/2010 (art. 7º, § 1º, e art. 9º, V).	Emitir parecer a cada alteração do Plano de Obras e quando da remessa de documentos ao CSJT/CNJ para aprovação das obras planejadas para o exercício ou, caso não seja necessária essa aprovação, no curso da fase interna da licitação.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão das Obras e construções
1.2	Auditar as alterações dos contratos de obras	Atender às disposições das Resoluções CNJ nº 114/2010 (art. 21) e CSJT nº 70/2010 (art. 33).	Analisar 100% das alterações de projeto, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e planilhas orçamentárias de obras, de forma concomitante aos atos respectivos.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão das Obras e construções
1.3	Auditar as medições das obras em execução	Atender às disposições das Resoluções CNJ nº 114/2010 (art. 26, p. único) e CSJT nº 70/2010 (art. 38, § 2º).	Analisar, no mínimo, duas medições de cada obra realizada no exercício, de forma concomitante à execução.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão das Obras e construções
1.4	Auditar a regularidade dos processos licitatórios quanto à justificativa para a contratação, especificações do objeto e estimativa/justificativa dos preços contratados	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	Analisar os processos autuados no exercício mediante seleção por amostragem estatística de 2015, especificamente quanto aos aspectos indicados na ação.	Janeiro a maio	Risco e Materialidade	Gestão das Contratações
1.5	Auditar a regularidade do enquadramento legal e a adequação das justificativas para a contratação e dos preços nas Dispensas e Inexigibilidades de Licitação	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	Analisar os processos autuados no exercício mediante seleção por amostragem estatística, especificamente quanto aos aspectos indicados na ação	Janeiro a dezembro	Risco	Gestão das Contratações
1.6	Auditar a regularidade das alterações contratuais	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	Analisar os processos em que houve alteração contratual no exercício mediante seleção por amostragem estatística.	Janeiro a dezembro	Risco e Materialidade	Gestão das Contratações



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Secretaria de Controle Interno

1.7	Analisar estudos, procedimentos e questões atinentes a licitações e contratos, por solicitação da Presidência ou Diretoria-Geral	Orientar os gestores do Tribunal no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades (Inciso II, art. 3º, Ato nº 10/2014).	Analisar os processos administrativos e/ou expedientes remetidos à Secretaria de Controle Interno pela Presidência ou Diretoria-Geral, nos prazos requeridos.	Janeiro a dezembro	Relevância	Todas
1.8	Realizar auditoria anual das contas 2015 (Decisão Normativa do TCU nº 147/2015)	Cumprir a Decisão Normativa do TCU sobre o Processo de Contas Anual.	Avaliar 100% dos conteúdos indicados na Decisão Normativa	Janeiro a julho	Relevância	Gestão Orçamentária, financeira, contábil e patrimonial
1.9	Auditar a confiabilidade dos dados dos Relatórios de Gestão Fiscal (art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal)	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	100% dos relatórios emitidos no exercício	Janeiro, maio e setembro	Relevância	Gestão Orçamentária e Financeira
1.10	Auditar os pagamentos de diárias ao PJE (art. 9º, do Ato nº 173/CSJT.GP.SG, de 22.6.2012)	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	100% das diárias pagas	Janeiro e julho	Relevância	Gestão Financeira
1.11	Auditar a regularidade dos procedimentos relacionados ao inventário anual de patrimônio e almoxarifado. (Ato nº 3663/2000)	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	100% dos atos praticados relacionados ao exercício de 2014	Janeiro a junho	Relevância	Gestão Patrimonial
1.12	Auditar os processos de recebimento de doações e cessões. (Ato nº 1738/2002)	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	100% dos processos	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão Patrimonial
1.13	Auditar sistemas eletrônicos de processamento de dados, suas informações de entrada e de saída (Resolução nº 171 do	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da	100% de processos relacionados, à segurança da informação, a dados, ao PJE, ao ERGON, e ao ADMEletrônico ou SAPWEB.	Agosto a dezembro	Risco, Materialidade e	Gestão de TIC



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Secretaria de Controle Interno

	CNJ, art. 5º, Inciso XII)	eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).			Criticidade	
1.14	Auditar Passivos (Alínea "d", Parecer 2 do CNJ)	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	100% dos atos praticados em 2015 e até junho de 2016 (Reconhecimento, liquidação, pagamento de dívidas nos grupos de despesa de pessoal, outras despesas correntes e investimentos).	Agosto e setembro	Materialidade e Criticidade	Gestão Pessoal e Financeira
1.15	Auditar os procedimentos administrativos e gerencias dos controles internos administrativos relacionados à fiscalização de contratos, com vistas à apresentação de subsídios para o seu aperfeiçoamento (Resolução nº 171 do CNJ, art. 5º, Inciso III)	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	100% dos procedimentos administrativos e gerenciais dos controles internos relacionados à fiscalização de contratos.	Outubro e novembro	Risco, Materialidade e Criticidade	Gestão de Contratos – Avaliação dos sistemas de Controles Internos
1.16	Auditar sistemas administrativos e operacionais de controle interno administrativo, utilizados na gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal (Resolução nº 171 do CNJ, art. 5º, Inciso IV)	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	100% dos processos de despesa classificados em três contas contábeis do grupo 3 - "outras despesas correntes", com registro de execução de despesa superior a R\$ 1 milhão, selecionadas pelo critério de criticidade.	Março a junho	Materialidade e Criticidade	Gestão Financeira e Orçamentária – Avaliação dos sistemas de Controles Internos.
1.17	Auditar o sistema financeiro do TRT-RJ (Resolução nº 171 do CNJ, art. 5º, Inciso I)	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	100% dos atos praticados em um mês de 2016, referentes ao Relatório de fiscalização e à aplicação de acordo de nível de serviço.	Outubro e novembro	Risco	Gestão Financeira
1.18	Auditar o sistema Patrimonial do TRT-RJ (Resolução nº 171 do CNJ, art. 5º, Inciso I)	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	100% dos atos praticados em 2015 relacionados a Registro de bens móveis e imóveis na AGORA, SPIUnet e no SIAFI.	Agosto a dezembro	Risco	Gestão Patrimonial
1.19	Auditar os procedimentos de convocação de candidatos, por ocasião da remessa do SISAC ao TCU	Verificar a observância e comprovação da legalidade dos atos de gestão, especialmente quanto à eficiência e eficácia das	100% dos SISACs de admissão e respectivos lançamentos dos dados no sistema ERGON	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de Recursos Humanos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Secretaria de Controle Interno

		ações administrativas no que tange à convocação de candidatos aprovados em concurso público (Art. 71, inciso III da CF- IN 55/2007-TCU).				
1.20	Auditar os atos de concessão de pensão em cotejo com os processos correlatos, por ocasião da remessa do SISAC ao TCU	Verificar a observância e comprovação da legalidade dos atos de gestão, especialmente quanto à eficiência e eficácia das ações relativas a concessão de pensão post mortem (Art. 71, inciso III da CF- IN 55/2007-TCU).	100% dos processos autuados e SISACs elaborados	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de Recursos Humanos
1.21	Auditar os atos de concessão de aposentadoria, bem como os respectivos SISACs	Verificar a observância e comprovação da legalidade dos atos de gestão, especialmente quanto à eficiência e eficácia das ações relativas a concessão de pensão post mortem (Art. 71, inciso III da CF- IN 55/2007-TCU).	100% dos processos autuados e SISACs elaborados	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de Recursos Humanos
1.22	Auditar os atos de revisão de aposentadorias e pensões, por ocasião da remessa do SISAC ao TCU	Verificar a observância e comprovação da legalidade dos atos de gestão, especialmente quanto à eficiência e eficácia das ações relativas às revisões de aposentadorias e pensões (Art. 71, inciso III da CF- IN 55/2007-TCU).	100% dos processos autuados e SISACs elaborados	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de Recursos Humanos
1.23	Fiscalizar o cumprimento, pelas autoridades e servidores, da exigência de entrega das Declarações de Bens e Rendas, ou da autorização de acesso	Verificar a observância e comprovação da legalidade dos atos de gestão, especialmente quanto à eficiência e eficácia das ações relativas ao cumprimento do disposto na Lei nº 8.730/1993, Instruções Normativas do TCU e deste TRT (Inciso II do art. 74 da CF e inciso III do § 1º do art. 1º da Resolução nº 86/2009 do CNJ).	100% dos relatórios analisados	Agosto	Relevância	Gestão de Recursos Humanos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Secretaria de Controle Interno

1.24	Auditar as Pensões <i>Post Mortem</i> concedidas de 2012 a 2015	Verificar a observância das rubricas lançadas, a forma de cálculo e os valores correspondentes, de acordo com as normas pertinentes.	100% dos processos autuados e SISACs elaborados	Janeiro a dezembro	Risco Materialidade Criticidade	Gestão de Recursos Humanos
1.25	Auditar as indenizações de férias dos servidores de 2012 a 2015	Verificar a observância das rubricas lançadas, a forma de cálculo e os valores correspondentes, de acordo com as normas pertinentes.	50% dos servidores que perceberam a indenização no período apurado	Janeiro a dezembro	Risco	Gestão de Recursos Humanos
1.26	Auditar Auxílio-Transporte	Verificar a observância das rubricas lançadas, a forma de cálculo e os valores correspondentes, de acordo com as normas pertinentes.	100% dos servidores que percebem os valores mais relevantes – mediante seleção por amostragem	Setembro/Outubro	Risco	Gestão de Recursos Humanos

PAA-2016 – APROVADO PELA PRESIDÊNCIA EM 30/11/2015.

Processo SCI 0007551-64.2015.5.01.1000



PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA/2016)

Base Legal: Resolução nº 171/ 2013 do CNJ e Ato nº 10/2014 e OS-SCI nºs 8 e 9/2014 do TRT 1ª Região

2 - Auditorias Operacionais

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	METAS	PERÍODO	SELEÇÃO	ÁREAS AUDITADAS
2.1	Avaliar os controles internos relacionados à gestão das aquisições pelo Sistema de Registro de Preços no Tribunal	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	Avaliar a suficiência, economicidade e adequação dos controles internos administrativos relativos aos critérios de seleção utilizados para a adoção do Sistema, ao planejamento das licitações/contratações e à efetiva utilização das Atas, tomando por base os Registros de Preço firmados em 2015, mediante amostragem estatística.	Julho	Risco, Materialidade e Criticidade	Sistema de Registro de Preços Avaliação de Controles Internos
2.2	Avaliar os sistemas estabelecidos para governança, riscos e controle de TI e TIC no Tribunal	Verificar o cumprimento das Resoluções CNJ nº 90/2009 e nº 91/2009 e do Acórdão TCU nº 1.233/2012 – Plenário.	Avaliar a conformidade dos sistemas e procedimentos de TI/TIC com os padrões e modelos internacionalmente aceitos, tais como o COBIT, CMMI, ISO 17799 e ISO 27001, bem como com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário Brasileiro - MoReq-Jus.	Abril e maio	Relevância	Gestão de Tecnologia da Informação Avaliação de Controles Internos
2.3	Auditar a política de acessibilidade do TRT-1ª Região	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014). Subsidiar a elaboração do Relatório de Auditoria de Gestão referente às Contas do Tribunal (Item 14 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 147/2015).	Avaliar as medidas adotadas para viabilizar a aderência das edificações e mobiliário em uso pelo TRT às normas sobre acessibilidade (Lei nº 10.098/2000, Decreto nº 5.296/2004 e normas técnicas da ABNT).	Fevereiro e março	Relevância	Gestão das Obras e construções Gestão Patrimonial Avaliação de Controles Internos
2.4	Auditar os indicadores de desempenho utilizados pelo Tribunal, quanto a sua qualidade, confiabilidade, representatividade, homogeneidade, praticidade e validade (Resolução nº 171 do CNJ, art. 5º, Inciso XVIII)	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	Avaliar 100% dos indicadores de desempenho utilizados na gestão estratégica em 2015.	Fevereiro	Materialidade e Criticidade	Todas as áreas administrativas - Avaliação de Controles Internos

PAA-2016 – APROVADO PELA PRESIDÊNCIA EM 30/11/2015.

Processo SCI 0007551-64.2015.5.01.1000



2.5	Auditar a qualidade dos Controles Internos Administrativos relacionados à atividade de pagamento de pessoal	Subsidiar as decisões da administração quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão, verificando os recursos técnicos e desempenho da Unidade de Pagamento, medindo o grau em que suas atividades estão alcançando seus objetivos. (Inciso I, art. 3º, Ato nº 10/2014).	Avaliar a suficiência, economicidade e adequação dos Controles Internos existentes no processo de pagamento de pessoal, tomando como parâmetro os atos praticados nos últimos cinco anos	maio	Risco, Materialidade e Criticidade	Gestão de Recursos Humanos Sistema de Controle Interno
-----	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------	------------------------------------	-----------------------------------------------------------



PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA/2016)

Base Legal: Resolução nº 171/ 2013 do CNJ e Ato nº 10/2014 e OS-SCI nºs 8 e 15/2014 do TRT 1ª Região

3 - Monitoramentos

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	METAS	PERÍODO	SELEÇÃO	ÁREAS AUDITADAS
3.1	Monitorar a qualidade dos controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações (Processo TRT-SCI nº 0001883-15.2015.5.01.1000)	Verificar se foram adotadas as providências recomendadas e/ou apresentadas as justificativas.	Verificação de 100% das providências tomadas no exercício com vistas ao aprimoramento da gestão.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão das Contratações
3.2	Monitorar a eficiência e eficácia do processo de estimativa de preços para as licitações (Processo TRT-SCI nº 0002778-73.2015.5.01.1000)	Verificar se foram adotadas as providências recomendadas e/ou apresentadas as justificativas.	Verificação de 100% das providências tomadas com vistas à implantação do novo modelo de gestão.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão das Contratações
3.3	Monitorar a regularidade das terceirizações de atividades no Tribunal (Processo TRT-SCI nº 0004960-32.2015.5.01.1000)	Verificar se foram adotadas as providências recomendadas e/ou apresentadas as justificativas.	Verificação de 100% das providências tomadas com vistas à implantação do novo modelo de gestão.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão das Contratações
3.4	Monitorar a gestão patrimonial no âmbito do TRT da 1ª Região (Processo TRT-SCI nº 0002955-37.2015.5.01.1000)	Verificar se foram adotadas as providências recomendadas e/ou apresentadas as justificativas.	Verificação de 100% dos atos de gestão de bens móveis, exceto informática.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão Patrimonial
3.5	Monitorar o modelo de aplicação de penalidades do Tribunal (Processo TRT-SCI nº 0001210-22.2015.5.01.1000)	Verificar se foram adotadas as providências recomendadas e/ou apresentadas as justificativas.	Avaliar os procedimentos administrativos e gerenciais dos controles internos administrativos, com vistas à apresentação de subsídios para o seu aperfeiçoamento.	Janeiro a dezembro	Risco	Sistema de Controle Interno
3.6	Monitorar a gestão patrimonial de informática (Processo TRT-SCI nº 16/13)	Avaliação objetiva do patrimônio mobiliário de responsabilidade do órgão, de propriedade da União ou de terceiros, contemplando: a) estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais; b) gestão do patrimônio mobiliário; desempenho orçamentário e financeiro das aquisições.	Verificação da efetividade da atuação dos sistemas de controle interno do órgão em relação aos objetivos estratégicos instituídos, bem como constatar acerca da confiabilidade das informações e aderência às normas em vigor.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão Patrimonial
3.7	Monitorar a apuração de inconsistências na execução do contrato de prestação de serviços e vigilância em vigor – Auditoria Extraordinária (Processo TRT-SCI 00006372-95.2015.5.01.1000)	Verificar se foram adotadas as providências recomendadas e/ou apresentadas as justificativas.	Verificação de 100% das providências tomadas no exercício com vistas ao aprimoramento da gestão.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Secretaria de Controle Interno

3.8	Monitorar o cumprimento das recomendações quanto ao Adicional de Qualificação (Processo TRT SCI nº 6032-88.2014.5.01.1000)	Verificar se foram adotadas as providências recomendadas e/ou apresentadas as justificativas.	Verificação de 100% das providências tomadas no exercício com vistas ao aprimoramento da gestão.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de Recursos Humanos
3.9	Monitorar o cumprimento das recomendações desta UCI quanto à conversão da Licença Prêmio em Pecúnia (Processo TRT-SCI nº 000853-42.2015.5.01.1000)	Verificar se foram adotadas as providências recomendadas e/ou apresentadas as justificativas.	Verificação de 100% das providências tomadas no exercício com vistas ao aprimoramento da gestão.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de Recursos Humanos
3.10	Monitorar o cumprimento das recomendações quanto à Cessão e Requisição de Servidores (Processo TRT-SCI nº 2877-43.2015.5.01.1000)	Verificar se foram adotadas as providências recomendadas e/ou apresentadas as justificativas.	Verificação de 100% das providências tomadas no exercício com vistas ao aprimoramento da gestão.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de Recursos Humanos
3.11	Monitorar o cumprimento das recomendações feitas por esta UCI quanto à Indenização de férias de magistrados (Processo TRT-SCI nº 0003227-31.2015.5.01.1000)	Verificar se foram adotadas as providências recomendadas e/ou apresentadas as justificativas.	Verificação de 100% das providências tomadas no exercício com vistas ao aprimoramento da gestão.	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de Recursos Humanos
3.12	Monitorar as recomendações relevantes desta UCI efetuadas nos exercícios de 2014 e 2015, conforme disposto nos itens 1, 2 e 3 da OS-SCI nº 15/2015	Verificar se foram adotadas as providências recomendadas e/ou apresentadas as justificativas.	Verificação das providências tomadas com vistas ao aprimoramento da gestão, relativamente às recomendações selecionadas, consideradas de maior relevância.	Janeiro a dezembro	Relevância e Risco	Todas

PAA-2016 – APROVADO PELA PRESIDÊNCIA EM 30/11/2015.

Processo SCI 0007551-64.2015.5.01.1000



PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA/2016)

Base Legal: Resolução nº 171/ 2013 do CNJ e Ato nº 10/2014 e OS-SCI nºs 8 e 9/2014 do TRT 1ª Região

4 - Acompanhamentos

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	METAS	PERÍODO	SELEÇÃO	ÁREAS AUDITADAS
4.1	Acompanhamento, através do processo SCI nº 0006983-82.2014.5.01.1000, das determinações contidas no parecer exarado no Processo nº CSJT-A-16157-38.2014.5.90.0000 (Área de Gestão de TIC)	Acompanhar o cumprimento de determinações exaradas pelo CSJT no parecer em referência, conforme previsto no art. 3º, inciso IV, do Ato nº 10/2014.	N/A	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de TIC
4.2	Acompanhamento, através do processo SCI nº 0003227-31.2015.5.01.1000, das determinações contidas no parecer exarado no Processo nº CSJT-A-20408-02.2014.5.90.000 (Gestão de Férias de Magistrados: conversão em pecúnia de períodos de férias não usufruídos)	Acompanhar o cumprimento de determinações exaradas pelo CSJT no parecer em referência, conforme previsto no art. 3º, inciso IV, do Ato nº 10/2014.	N/A	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de Recursos Humanos
4.3	Acompanhamento, através do processo SCI nº 0004876-31.2015.5.01.1000, das determinações contidas no parecer exarado no Processo nº CSJT-A-13705-21.2015.5.90.000 (Concessão, usufruto e pagamento de Licença-Prêmio a magistrados de 1º e 2º graus do Judiciário do Trabalho)	Acompanhar o cumprimento de determinações exaradas pelo CSJT no parecer em referência, conforme previsto no art. 3º, inciso IV, do Ato nº 10/2014.	N/A	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de Recursos Humanos
4.4	Acompanhamento, através do processo SCI nº 0000164-95.2015.5.01.1000, das determinações exaradas no Acórdão TCU 7951/2014 – 2ª Câmara (Exame de ato de aposentadoria de ex-servidor)	Acompanhar o cumprimento de determinações exaradas pelo TCU no Acórdão em referência, conforme previsto no art. 3º, inciso IV, do Ato nº 10/2014.	N/A	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de Recursos Humanos
4.5	Acompanhamento do Acórdão TCU nº 1104/2015 – 1ª Câmara (Substituição de convênios por contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93)	Acompanhar o cumprimento de determinações exaradas pelo TCU no Acórdão em referência, conforme previsto no art. 3º, inciso IV, do Ato nº 10/2014.	N/A	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de Contratos
4.6	Acompanhamento do Acórdão TCU nº 821/2014 – Plenário (Estruturação dos	Acompanhar o cumprimento de determinações exaradas pelo TCU	N/A	Janeiro a dezembro	Relevância	Todas as áreas administrativas



	controles internos no âmbito do Tribunal)	no Acórdão em referência, conforme previsto no art. 3º, inciso IV, do Ato nº 10/2014.				- Avaliação de Controles Internos
4.7	Acompanhamento do subitem 9.2.4 do Acórdão TCU nº 916/2015 - Plenário	Acompanhar os alertas apresentados no referido subitem, decorrentes do Relatório de Avaliação do Processo do Trabalho de Gestão de Contratos de TI em órgãos da Adm. Pública, conforme previsto no art. 3º, inciso IV, do Ato nº 10/2014.	N/A	Janeiro a dezembro	Relevância	Gestão de TIC
4.8	Acompanhamento do subitem 1.7.2 do Acórdão TCU nº 2692/2015 – 2ª Câmara	Acompanhar o processo apartado (TC 025334/2015-8) atuado pela SECEX/RJ.	N/A	Janeiro a dezembro	Relevância	Não definida
4.9	Acompanhamento do cumprimento de determinações exaradas em Acórdãos do TCU e de recomendações/orientações do CNJ e do CSJT, conforme previsto no art. 3º, inciso IV, do Ato nº 10/2014	Acompanhar o cumprimento de determinações exaradas em acórdãos do TCU e de recomendações/orientações do CNJ e do CSJT, conforme previsto no art. 3º, inciso IV, do Ato nº 10/2014.	N/A	Janeiro a dezembro	Relevância	Todas

PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA/2016)

Base Legal: Resolução nº 171/ 2013 do CNJ e Ato nº 10/2014 e OS-SCI nºs 8 e 9/2014 do TRT 1ª Região

5 – Ações Coordenadas

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	METAS	PERÍODO	SELEÇÃO	ÁREAS AUDITADAS
5.1	Verificar o uso dos recursos de TI oriundos do CSJT no exercício de 2015	Certificar o uso de bens/serviços adquiridos com recursos do CSJT.	Conforme o PAA – CSJT	Fevereiro a novembro	Materialidade, Relevância, Criticidade e Risco	Gestão de Tecnologia da Informação

PAA-2016 – APROVADO PELA PRESIDÊNCIA EM 30/11/2015.

Processo SCI 0007551-64.2015.5.01.1000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Secretaria de Controle Interno

PAA-2016 – APROVADO PELA PRESIDÊNCIA EM 30/11/2015.

Processo SCI 0007551-64.2015.5.01.1000